



Mais dúvidas que certezas no debate do pré-sal

Síntese: Até agora, o governo Lula conseguiu produzir mais sombras do que luz nas discussões sobre o futuro das reservas de petróleo da camada de pré-sal. As propostas aventadas não se atêm ao mais importante: o que fazer para que tamanha riqueza redunde em maiores benefícios e bem-estar para a população. O máximo que se conseguiu foi colocar sob risco um modelo de exploração que se mostrou bem-sucedido nos quase onze anos em que vem sendo testado. Pior que isso, lançou-se a ameaça de quebra de regras num setor que demandará investimentos de US\$ 600 bilhões, necessários para extrair petróleo de águas profundas, nos próximos anos.

As potencialmente imensas novas reservas de petróleo do país voltaram ao centro das atenções nas últimas semanas, embora ainda envoltas em muito mais sombra do que luzes. As recentes discussões tornaram claras, mais uma vez, as dificuldades que o governo Lula tem para definir projetos de longo prazo para o país. O que se viu e ouviu até agora são ameaças de retrocesso e a formação de nuvens que só colaboram para turvar o horizonte. Este é um debate que exige, sobretudo, clareza, uma vez que, bem conduzido, representa uma considerável chance de o país dar um salto no seu patamar de desenvolvimento.

Muito antes de a primeira gota de óleo jorrar dos novos poços em escala comercial, o que só deve ocorrer em 2014, o governo federal lançou-se num colóquio desencontrado acerca de como repartir os ganhos provenientes do pré-sal. Evidentemente as novas reservas obrigam a rediscussão sobre o que fazer com a nova riqueza gerada pelo petróleo. Entretanto, tais definições precisam levar em conta as profundas implicações que poderão advir para a economia nacional, para o parque produtivo e para o bem-estar dos brasileiros. Mais que isso, não podem pôr em risco o que se conquistou até agora. Trata-se de colocar o futuro em discussão e buscar trilhar, com cautela, um caminho para alcançar os melhores benefícios.

Os primeiros movimentos, porém, tiveram a marca do imprevisto – na melhor das hipóteses. Na pior, o que existe é oportunismo. Embalado em bazófias, o pré-sal tornou-se nova plataforma eleitoral do governo atual, para quem “as reservas pertencem ao povo e ao povo devem servir”. Nenhuma novidade quanto aos beneficiários: assim tem sido ao longo de décadas e, com ainda mais ímpeto, desde a abertura do setor. A expansão da indústria do petróleo ao longo da última década gerou enormes riquezas para o país e para os brasileiros, e não só para “americanos” ou para uma casta de privilegiados, como busca fazer crer o discurso oficial.

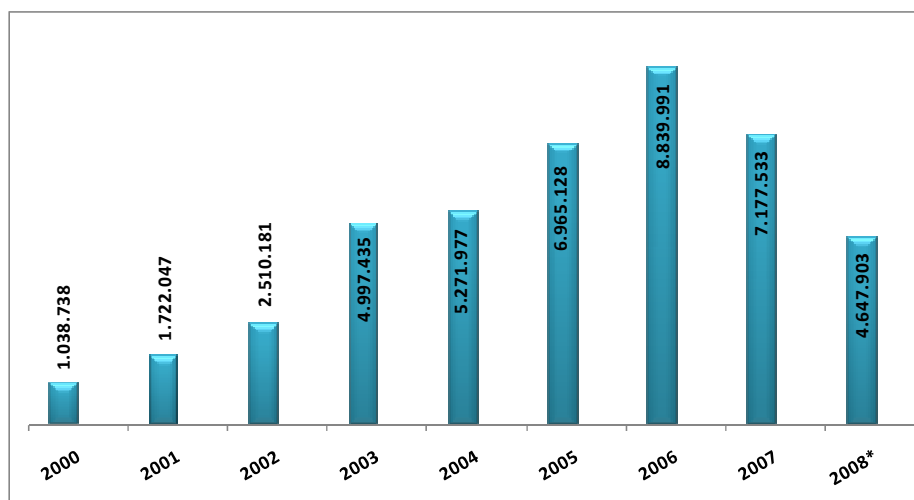
Até agora, só desencontros

Em meados de julho, o presidente Lula criou uma comissão interministerial para avaliar como deverá ser feita a exploração do pré-sal. O que se pôde saber das discussões até agora só serviu para semear desconfianças e plantar incertezas. Duas são as idéias centrais aventadas pelo governo petista: criar

uma nova estatal para cuidar da exploração das novas áreas e desapropriar as já concedidas nas proximidades dos poços gigantes.

A segunda proposta, revelada pelo ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, teve efeito imediato: jogou abaixo as perspectivas da Petrobras, já que poderia tirar da empresa áreas que ela hoje pode explorar em regime de concessão. É tudo o que não se deve fazer numa hora destas. Desapropriar representaria quebrar contratos num segmento que demanda vultosos investimentos privados e – no caso brasileiro – no qual a segurança jurídica vem sendo a tônica. Basta olhar o salto dado pela indústria nacional desde a entrada em vigor da nova Lei do Petróleo (nº 9.478/97), que quebrou o monopólio na exploração, para se comprovar o acerto do caminho que vem sendo trilhado e a impropriedade de desvios de rota.

Participações especiais (em R\$ mil)



*Até junho. Fonte: Agência Nacional do Petróleo

Hoje, um de cada dez reais da riqueza produzida no Brasil vem do petróleo; é mais que o triplo da fatia de onze anos atrás. De agora até 2012, segundo a Agência Nacional do Petróleo (ANP), devem ser investidos US\$ 69,8 bilhões em exploração, desenvolvimento e produção, gerando dezenas de milhares de novos empregos. Existem atualmente 72 grupos econômicos atuando em solo brasileiro na busca e exploração de petróleo e gás natural. Destes, metade é de origem nacional e a outra metade congrega empresas de 19 diferentes países. Até 1997, a atividade só era franqueada à Petrobras. Com a abertura, o país ganhou muito: suas reservas provadas de petróleo saltaram 77%, para 12,6 bilhões de barris; a produção diária mais que duplicou; e a participação da União na renda gerada pelo setor multiplicou-se por oito.

Mudanças necessárias, caminho equivocado

É exatamente sob a justificativa de ampliar seu quinhão nos ganhos que o governo federal passou a considerar a possibilidade de mudar o arcabouço legal que vigora desde 1997 e, assim, lançou toda uma avalanche de dúvidas sobre o futuro da indústria de petróleo do país. A intenção é fazer com que as novas áreas – por conter baixíssimo risco de insucesso na sua exploração – deixem de ser objeto de concessão e passem a ser exploradas em parceria entre uma nova estatal do petróleo e empresas interessadas, que também poderiam vir a ser contratadas como meras prestadoras de serviço. Desta forma, o governo pretende elevar o que hoje arrecada.

Trata-se de um modelo que se mostrou vitorioso na Noruega e que o Brasil de Lula pretende agora importar, embora a distância entre as duas realidades seja muito maior que o oceano que separa os dois países. Lá foi criada uma estatal que administra as reservas de petróleo, a Petoro. Ela associa-se a outras empresas eleitas pelo governo para explorar os campos. Reside aí o ponto de maior tensão: a possibilidade de discricionariedade dos governantes de turno na escolha de quem pode ou não ser contemplado na empreitada. É fácil antever o que isso poderia acarretar no Brasil: a criação de um gigantesco e bilionário balcão de negócios. Difícil acreditar também que, aqui, uma estatal tão poderosa teria um quadro de funcionários tão frugal quanto o da empresa norueguesa, composta por apenas 60 funcionários.

Manter a lei e avançar

Ocorre que, se a intenção é atribuir maiores recursos ao Estado, nenhuma das mudanças sugeridas até agora são necessárias. Para tanto, bastaria alterar os percentuais da participação governamental – notadamente royalties e participação especial – sobre o total faturado nas áreas concedidas. Para isso, é necessária apenas a edição de decretos presidenciais, jamais a implosão de todo um modelo que, em todos os aspectos, provou-se bem-sucedido. Resta claro que a Lei do Petróleo pode ser mantida intacta.

O naco destinado aos cofres públicos cresceu exponencialmente desde 1997. No primeiro semestre deste ano, o Tesouro Nacional repassou R\$ 4,9 bilhões para União, estados e municípios, o que representa avanço de 40% sobre igual período de 2007. Em valores atualizados, os lucros do petróleo renderam R\$ 93 bilhões aos diversos níveis de governo ao longo dos últimos dez anos, resultado, principalmente, de pagamento de royalties – que variam de 5% a 10% da produção – e de participações especiais – que vão de 5% a 40% das receitas líquidas.

O pré-sal deve, sim, estar na pauta cotidiana dos gestores públicos. Tirar das novas descobertas maiores benefícios para a sociedade é imperativo. Mas esta é uma discussão cheia de implicações que, até agora, têm sido pouco consideradas. Uma das mais primordiais – de onde virão os US\$ 600 bilhões necessários para retirar o petróleo de profundidades que chegam a 7 mil metros – jamais pareceu freqüentar o centro das atenções do governo federal. Não menos importante é a destinação que se pretende dar a montanha de recursos que os novos poços movimentarão, com impactos diretos sobre o restante da economia. O caminho é longo e as decisões precisam ser bem refletidas, com a maior participação possível da sociedade.



"Brasil Real - Cartas de Conjuntura ITV" é uma publicação quinzenal do Instituto Teotônio Vilela.

Caso não queira voltar a recebê-la, clique [aqui](#).

Se preferir, basta responder este e-mail preenchendo o campo Assunto com a palavra "Cancelamento" e seu endereço será excluído de nossa lista.

INSTITUTO TEOTÔNIO VILELA

Instituto Teotônio Vilela . Senado Federal Anexo 1 - 17º andar - Sala 1707 . CEP 70165-900 . Brasília - DF . Tel.: (61) 3311-3986 / 3311-4338 / 3224-5282 / 3323-7990 . Fax: (61) 3311-3891 . e-mail: itv@itv.org.br . site: www.itv.org.br